

SOCIALISMO
EM DISCUSSÃO

FRANCISCO DE OLIVEIRA

JOÃO PEDRO STEDILE - JOSÉ GENOINO



CLASSES SOCIAIS EM
MUDANÇA E A LUTA
PELO SOCIALISMO



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



SABEMOS QUE O PRAGMATISMO DAS AÇÕES POLÍTICAS DEVE SER EQUILIBRADO PELA REFERÊNCIA CONSTANTE AOS PRINCÍPIOS TEÓRICOS, QUE PARA NÓS SE ENCARNAM NA PALAVRA SOCIALISMO. SABEMOS TAMBÉM QUE NO MOMENTO HÁ MUITA HESITAÇÃO E MUITA DÚVIDA A RESPEITO DO SOCIALISMO. A DERROCADA DA UNIÃO SOVIÉTICA E A DESCARACTERIZAÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA NA EUROPA SÃO FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA GERAR ESSES SENTIMENTOS. MAS O SOCIALISMO É ALGO MAIS VASTO QUE SUAS MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS E CONTINUA A SER O CAMINHO MAIS ADEQUADO ÀS LUTAS SOCIAIS QUE TENHAM COMO FINALIDADE ESTABELECEER O MÁXIMO POSSÍVEL DE IGUALDADE ECONÔMICA, SOCIAL, EDUCACIONAL COMO REQUISITO PARA A CONQUISTA DA LIBERDADE DE TODOS E DE CADA UM.



ANTONIO CANDIDO




EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Socialismo em discussão

CLASSES SOCIAIS EM MUDANÇA E A LUTA PELO SOCIALISMO

Francisco de Oliveira

João Pedro Stedile

José Genoino



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Revisão

Candice Quinelato Baptista
Maurício Balthazar Leal
Maria Vianna

Capa, projeto gráfico e ilustrações

Gilberto Maringoni

Ilustração da capa

Mário Pizzignacco

Editoração Eletrônica

Augusto Gomes

Impressão

Cromosete Gráfica

1ª edição: outubro de 2000

1ª reimpressão: junho de 2002 – Tiragem: 2 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na internet: <http://www.fpabramo.org.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2000 by Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-86469-39-4

Sumário

Apresentação

<i>Luiz Inácio Lula da Silva</i>	5
--	---

Passagem na neblina

<i>Francisco de Oliveira</i>	7
Uma relação reciprocamente fundadora	7
Centralidade do trabalho e crítica da revolução	9
A dança frenética das aparências	10
O movimento do real	14
Passagem na neblina	17
Bibliografia	21

Comentários

<i>João Pedro Stedile</i>	23
Os desvios de análise da década de 1990	24
As transformações recentes	27
As mudanças sociais no campo	29
Os desafios do futuro	30

Comentários

<i>José Genoino</i>	33
Crítica e resgate	33
A luta de classes e as dimensões da luta política	34
Socialismo e classe operária	35
Partidos socialistas no continente americano	37
Trabalho e revolução	39
Igualdade e diversidade	40
Revolucionar a revolução	41

Intervenções do público

Paul Singer	43
Max Altman	44
Terezinha Vicente Ferreira	45
Valter Pomar	45
José Graziano da Silva	47
Darci Passos	47

Comentários finais

Classes sociais e socialismo – Francisco de Oliveira	49
Trabalhadores da cidade e do campo – João Pedro Stedile	52
Classes sociais e partido – José Genoino	54

Sobre os autores

57

Apresentação

Luiz Inácio Lula da Silva

Em meados de 1999, visitei Antonio Candido para conversar um pouco sobre nosso país, nossos desafios e nossas esperanças. Além de saborear as deliciosas histórias que ele sempre conta, fui brindado com algumas doses da espantosa sabedoria que jorra do alto daqueles 82 anos de uma vida bem vivida, repleta de lutas e marcada por absoluta coerência de ponta a ponta.

Fiz a ele um pedido que apresentei como convocação. Solicitei que emprestasse sua enorme autoridade intelectual, moral e política para estimular a retomada de alguns debates fundamentais para despertar a criatividade e reanimar o ímpeto de uma esquerda que, mesmo representando o que há de mais promissor em nossa terra, nunca está imune aos vícios do acomodamento e ao apego à rotina.

Trocamos idéias sobre alguns temas prioritários e sobre possíveis alternativas para romper o marasmo intelectual que vinha caracterizando nosso país, sob o já longo reinado de FHC.

Antonio Candido ficou de pensar. Algum tempo depois, convidou Paul Singer e Francisco de Oliveira, e eles três, junto com Paulo Vannuchi, meu assessor no Instituto Cidadania, realizaram inúmeras reuniões e consultas até conceber os Seminários Socialismo e Democracia, que o Instituto promoveu em parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT, de abril a junho de 2000.

Foram realizados seis seminários que abordaram o socialismo a partir de vários ângulos, para um plenário sempre superior a cem pessoas, entre dirigentes do PT, da CUT, parlamentares, lideranças de movimentos populares, membros de equipes de governo, ONGs, intelectuais, estudantes e convidados em geral. Já na carta-convite para o evento, explicamos que nossa idéia era *discutir o que queremos entender por socialismo hoje, para o Brasil e para o mundo. E que não existia, de nossa parte, qualquer concepção prévia de socialismo e de como alcançá-lo. Queríamos retomar um clima de discussão aberta, no qual pudéssemos expor livremente todas as nossas certezas e dúvidas. Sem exclusão de nenhuma corrente ou facção.*

Com a coleção Socialismo em Discussão publicamos o conteúdo básico desses seminários. Queremos que este material seja amplamente divulgado em todo o país, que seja reproduzido, que estimule outros textos e publicações, afastando todas as ameaças de inércia e de mesmice. Queremos que seminários desse tipo sejam realizados nos vários estados, repetindo o produtivo ambiente de franqueza, polêmica, respeito e seriedade que marcou os seminários. Sobretudo nas atividades de formação política, a contribuição destes cadernos pode ser muito grande.

O êxito e a ampla aprovação obtidos nesta primeira fase tornam obrigatório o prosseguimento das discussões em 2001, focalizando aspectos cada vez mais concretos e específicos do tema. Já era essa a idéia dos organizadores dos seminários. Eles agora cuidarão da tarefa com ânimo redobrado, escalando adequadamente a rica pluralidade de craques ainda não convocados, entre dirigentes partidários, sindicalistas e intelectuais.

Penso que dessa forma estaremos construindo, juntos, uma compreensão do socialismo que esteja realmente à altura das exigências do novo século e que nos habilite a lutar por vitórias que são imperativas e inadiáveis no grave cenário de crise social, injustiças e desigualdades que vem sendo imposto aos brasileiros já de longa data.

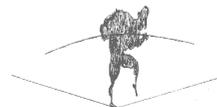
São Paulo, junho de 2000

Passagem na neblina

Francisco de Oliveira

*Para Theo Angelopoulos,
Luiz Inácio Lula da Silva e João Pedro Stedile*

Uma relação reciprocamente fundadora – As relações entre classes sociais e socialismo são reciprocamente fundadoras. É com a emergência de novas presenças na sociedade, enigmáticas quanto ao seu lugar e ao seu futuro, desenraizadas, para as quais a designação de pobres no sentido medieval tornou-se inadequada – posto que livres e, portanto, perigosas, – que o léxico político moldou novos termos para designá-las. A evidente ligação entre a desordem social e a pobreza desses novos e formidáveis contingentes levou à busca da designação de uma nova ordem, voltada para resolver os problemas da nova pobreza. Houve uma clara percepção, notável entre os socialistas utópicos, de que a persistência da ordem que mal se instaurara levaria à eternidade da aparente desordem. Há uma contradição, pois – que, ademais, é também característico da fundação da sociologia, contemporânea da nova pobreza –, um debruçar-se para entender a desordem, cujo *telos* necessariamente se resolvia na proposição de uma nova ordem.



O socialismo aparece, então, como a formulação dessa nova ordem destinada a resolver as questões exponencialmente agravadas. Não é à toa que os utópicos desenham, quase sempre, formações muito semelhantes às militares como paradigma de uma ordem racional; mesmo Marx e Engels não escaparam a essa sedução.

A nova classe social foi, por excelência, o operariado industrial. Apesar de uma insistente crítica ao que é apontado como um equívoco, não sem consequências, dessa centralidade, é inegável que ela se constituía na nova e inesperada presença na estrutura social, anunciada havia muito nas hordas errantes do medievo. A própria social-democracia, na formulação kautskiana, sustentava-se numa espécie de demografia social, em que a tendência do operariado de constituir-se em maioria social orientava o trabalho do partido para as tarefas de convertê-lo em maioria política. Isto não se opunha, em nada, às posições dos pais fundadores do marxismo, sobretudo do último Engels, já então inteiramente empenhado na consolidação da social-democracia alemã. E levou água ao moinho da relação fundadora entre socialismo e classe, posto que o partido se entendia como emanação da classe e a classe era o fundamento do partido. Essa é, sem equívoco, uma concepção majoritariamente marxista, o que não nega que outras orientações doutrinárias tenham atuado intensamente na “formação” da classe operária. Qualquer esforço empírico demonstraria a veracidade daquela tendência demográfico-política. A vastíssima literatura está à disposição. Não se tratava, pois, de um equívoco. Mesmo no Brasil, pelo menos até a década de 1970, o crescimento dos contingentes do assalariado industrial, nicho principal do operariado, apontava firmemente na mesma direção.

A história político-social do Ocidente no século que vai desde a Revolução de 1848 até os anos 50 do século XX, é a do desdobramento dessa demografia política. Seria ocioso repetir a formação de todos os partidos à esquerda, com programa socialista, ancorados em parte expressiva da classe operária e, desde os finais do século XIX, em seus votos; isto inclui também os partidos comunis-

tas. A única exceção, sobejamente conhecida e que, de fato, introduz um complicador não menos perturbador, são os Estados Unidos, onde um formidável operariado nunca produziu um partido de classe relevante politicamente. E o paradoxo é constituído pelas revoluções socialistas, em cujas formações sociais o operariado era ainda figura rara, do que se serviu Lenin para fundamentar a origem “externa” do socialismo em relação à classe e, em consequência, a teoria do partido como vanguarda, a qual também deitava raízes em Marx e Engels. Em uma palavra, para arrematar uma longa discussão, o que se conhece, hoje, como classe operária é a representação da interação sindicato–classe–partido – e, mais especificamente, essa automútua construção “classe–socialismo”. O PT é a última floração dessa tradição.

Centralidade do trabalho e crítica da revolução – Desde Bernstein, faz-se uma crítica à centralidade do operariado, a partir das novas estruturas sociais gestadas no movimento da reprodução do capital. De fato, a crítica à centralidade operária, apresentada como crítica da progressão da divisão social do trabalho – assinalando-se o descentramento da indústria nessa divisão –, prossegue, conseqüentemente, com o deslocamento do operário industrial como sujeito da transformação, vale dizer, da revolução. Essa crítica é antiga, de um século. Nela destacava-se, de um lado, a progressiva aparição e consolidação do que a teoria chamou insuficientemente de “classe média” ou seu plural e, de outro – confundindo-se, na maior parte das vezes, ambos os fenômenos –, o deslocamento da divisão social do trabalho em direção à terceirização da economia, aos novos serviços e ao lugar do trabalho nestes. Em Bernstein, o alvo da crítica é claríssimo: não sendo o operariado predominante na estrutura da sociedade, foi-se também a revolução. Habermas, de fato, retoma a crítica de Bernstein, entre os modernos, assim como todos os que se enfileiram na crítica à chamada sociedade do trabalho. Destes, um dos mais conhecidos e popularizados é Claus Offe, de cujas conclusões empíricas parte, declaradamente,

Habermas. Para Offe só existem, hoje, trabalhos concretos, específicos, particulares, não universalizáveis na prática e tampouco na teoria, do que ele conclui que sem o trabalho abstrato – cimento unificador da classe, não sendo mais possível nem como prática nem como operação teórica – já não existe mais “classe operária”. Já Kurz assinala o equívoco produzido pela teoria do valor-trabalho de Marx nos programas social-democrata e comunista, o que os levou, segundo Kurz, a lutar pelos aumentos salariais, reiterando, com isso, a alienação. Em sua crítica, Kurz freqüentemente se esquece de outra lição de Marx e Engels, sobre a forma ou a aparência como a única via pela qual o real se dá e se apresenta.

A dança frenética das aparências – A economia e a sociologia política do trabalho fundamentam empiricamente os argumentos da perda de centralidade do trabalho e, especificamente, do trabalho industrial. Para citar só o caso brasileiro, desde os anos 70 o emprego industrial deixou de se afirmar como tendência dominante; ao contrário, assistimos a um movimento de desindustrialização no sentido da predominância dos serviços, desde os mais elaborados até os de caráter pessoal, que, aliás, estão em franco crescimento. Esta é, praticamente, a repetição de uma tendência mundial.

Como uma hélice de dupla pá, a esse movimento sobrepõe-se outro, geralmente denominado de “reestruturação produtiva”, que não é outra coisa senão a reiteração dos processos de concentração do capital, vale dizer, a forma técnica em que se dá o aumento do capital por trabalhador ou, em outro registro, o aumento da produtividade do trabalho. A reestruturação produtiva enxuga os quadros no interior do próprio emprego industrial. Uma certa proporção desse enxugamento deve-se ao que a literatura chama de “reengenharia”, ou mudanças nas formas organizacionais da produção. Tudo isso leva a que, mesmo com crescimento econômico tanto em números absolutos como em proporção, o emprego industrial esteja francamente declinante no mundo todo. Mesmo nos

serviços, que apareceram inicialmente como uma desindustrialização e como uma contrafação do emprego industrial, a tendência é declinante: basta citar o exemplo da categoria dos bancários, reduzida na região de São Paulo a menos de um terço do que era há apenas uma década e meia. Isso acarreta conseqüências para o movimento sindical, como bem o sabe a CUT (Central Única dos Trabalhadores), para o partido e também para o socialismo.

Uma poderosa mudança nos processos de trabalho está em curso, exemplificada, por excelência, na revolução da microeletrônica. Ela tanto enxuga os quadros do trabalho em geral como redefine funções, lugares, hierarquias, relações, transitando do que se chamou de regras tayloristas-fordistas, do trabalho em posição fixa, em cadeia, para o trabalho chamado flexível, polivalente, autônomo, móvel, resumido no que já é denominado de paradigma molecular-digital, cujas formações disciplinares-produtivas são a célula e a equipe, e não mais o trabalhador isolado em funções prescritas e fixas. É bem verdade que a real porcentagem do trabalho que se organiza sob os novos critérios não constitui a maior parte no coração mesmo do emprego industrial, e que tampouco as pesquisas demonstraram haver, de fato, autonomia e ausência de prescrições. O poder real, imediato, ainda está e continuará a estar na gerência e não ao nível de cada célula. Mas também é verdade que, nos termos de Thompson, a experiência de constituição da classe está se alterando.

O toyotismo apresenta-se tanto como uma reestruturação em direção ao trabalho flexível e autônomo – mais ideologia que realidade – quanto como uma estratégia de des-identidade, ou de redefinição das identidades no mundo operário. Para resumir uma longa literatura, é uma operação ideológica no sentido de operar a transferência da identidade da classe e do sindicato para a empresa. A reengenharia é simultaneamente, pois, a nova forma técnica e a nova forma ideológica. Este é o terreno onde está se travando uma das lutas decisivas para o futuro do trabalho ou, melhor dizendo, para se definir o que quer dizer trabalho. Todas as medidas vão no sentido de abalar e romper a relação classe –

sindicato. Por exemplo, entre nós, a legislação sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas transferiu as atribuições que regulam tal participação dos sindicatos para as empresas, que estabelecem com seus quadros de operários e de funcionários em geral as regras da participação; o sindicato está fora das negociações.

A propósito, resta fazer menção, na discussão das aparências, ao intenso movimento de informalização das relações de trabalho, uma tendência mundial que se mostra de maneira mais grave, certamente, na periferia. O que se passa no centro contribui para esclarecer uma permanente ambigüidade sobre a informalização: na periferia ela era considerada uma herança de formações pré-capitalistas. Tentei contrapor-me a essa interpretação com o livro *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, em que argumentei no sentido de propor a informalização como produto da própria industrialização. As economias mais desenvolvidas do centro capitalista estão confirmando essa proposição. Os Estados Unidos – com um mercado de trabalho classicamente dual, não no sentido de incomunicabilidade dos dois mercados, mas da divisão entre o setor oligopolista e o não-oligopolista (James O’Connor) – exemplificam melhor que qualquer outro país a nova tendência de informalização, que vai muito além da divisão proposta por O’Connor.

De fato, a informalidade penetra em uma crescente parcela das ocupações – não do emprego em sentido estrito – nos Estados Unidos, preenchidas, principal mas não exclusivamente, pela grande hispanização da sociedade norte-americana. Aos já quase seculares mexicanos agregou-se toda a diáspora latino-americana, a ponto de o espanhol ser, hoje, a segunda língua nos Estados Unidos, com toda uma rede de mídia voltada para os falantes de espanhol. Os imigrantes latino-americanos praticamente não necessitam falar inglês; reafirma-se, agora, com esses imigrantes, uma velha característica da imigração que aportou aos Estados Unidos: uma sociedade de guetos nacionais e até regionais. Na região de Boston existe um gueto de brasileiros originários sobretudo

de Governador Valadares (MG) e ali fala-se português correntemente, o que é facilitado por uma antiga imigração portuguesa na região. Todas as ocupações de baixo conteúdo, baixa qualificação, baixa escolaridade, ilegais, clandestinas constituem o “mercado” para latino-americanos.

Essa tendência também está presente na Europa, em menor escala e devido ao caráter ainda estruturado do Estado do Bem-Estar, mas na Inglaterra a situação escapa, crescentemente, ao seu disciplinamento.

É na periferia que a informalização ganha velocidade e abrangência incomparáveis. No Brasil, depois de 60 anos de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), menos da metade da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada está regida por um contrato formal de trabalho, cerca de 48%. Descontando-se os empregos no setor público regidos pelos estatutos do serviço público, tem-se ainda que mais de 40% das ocupações no total nacional não têm qualquer forma de contrato. E esse processo está em crescimento, não apenas como uma forma de subemprego disfarçado, mas como a tendência central no mundo do trabalho no Brasil.

Por último, mas não menos importante, no movimento mais geral de “perda da centralidade”, para falar nos termos da discussão contemporânea, apresenta-se o próprio desemprego aberto. Nos Estados Unidos, registra-se a menor taxa entre todos os centros do capitalismo desenvolvido, mas essa taxa – nessa conjuntura de apenas 3,9%, e oscilando sempre no máximo até 5% – não deve surpreender, pois a metodologia norte-americana incorpora como emprego o que noutras partes está no desemprego disfarçado; as únicas ocupações consideradas clandestinas nos Estados Unidos são as exercidas pelos não-possuidores do *greencard*, direito de permanência naquele país, que quase equivale a um contrato de trabalho. Na Europa, o desemprego mantém-se praticamente irreduzível, sendo que a Inglaterra apresenta uma taxa de cerca de 7% e o restante da União Européia taxas entre 10% a 20%, com uma média de 12%.

No Brasil, quando se trabalha com a metodologia da Fundap/Dieese (Fundação do Desenvolvimento Administrativo/ Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), chega-se aos níveis de 18,6% em São Paulo, 20% em Recife e Belo Horizonte e 25% em Salvador. Não há estimativa nacional. Com outra metodologia, que subestima gravemente o desemprego aberto, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estima o desemprego nacional em torno de 8% da força de trabalho. Deve-se dizer que tais níveis foram alcançados no governo F. H. Cardoso e mantêm-se irredutíveis desde 1997, oscilando, levemente, em torno dessa nova média. O número de semanas de procura de emprego vem se elevando sistematicamente e hoje já chega a cerca de 36 semanas, o que equivale, em grandes números, à média de meses em que as pessoas se mantêm desempregadas e/ou desocupadas. Vale dizer que o índice de “desalento”, conceito que enquadra as pessoas que não mais procuram emprego depois de tê-lo procurado por mais de 36 semanas, está aumentando. Em Recife, em janeiro de 2000, tal porcentagem abrangia 4,2% da força de trabalho/PEA. Trata-se, portanto, de um fenômeno de longa duração.

O movimento do real – A dança das aparências, brevemente resumida no item anterior, resolve-se em dois movimentos mais amplos, reais. O primeiro diz respeito à extensão do assalariamento, nos termos de Robert Castel. De fato, em que pese as aparências e a discussão sobre a perda da centralidade do trabalho, o movimento mais importante segue a direção oposta à de uma ampliação do assalariamento, sem paralelo mesmo se for considerada a “idade de ouro” do fordismo industrial. A primeira onda de expansão do assalariamento dá-se com a incorporação das antigas profissões liberais: médicos, dentistas, arquitetos, engenheiros, advogados. Os emblemas das profissões são, agora, assalariados, mesmo que alguns ainda mantenham atividades “autônomas”. O grande contingente é assalariado do setor privado, o que é mais surpreendente.

A segunda onda de expansão do assalariamento dá-se com a incorporação das categorias genericamente denominadas de “executivos”. Estes, em suas primeiras aparições na economia capitalista, já neste século, correspondiam a categorias que eram remuneradas segundo seu desempenho, mediante comissões, porcentagens sobre vendas e outras modalidades. Mesmo tratando-se de salários realmente, eles tinham a forma disfarçada de “lucro” do empreendimento. Essa diferença de forma tornou-se importante porque com a expansão dessas “ocupações” – que, de fato, são formas de substituição do trabalhador direto e de um novo controle social – a remuneração pelo “lucro” tornou-se pesada, de um lado, e dificultou o planejamento, de outro, além de não refletir, imediatamente, o ciclo de negócios. Agora, a forma é assalariada, com complementos que dizem respeito ao desempenho. A competição foi instalada no próprio núcleo dos novos contingentes.

Essas duas novas formas de assalariamento vão na direção oposta, pela mesma razão, da redução dos contingentes assalariados do antigo operariado e mesmo dos assalariados dos serviços. Em geral, apesar de toda a literatura da sociologia do trabalho, que pensou ter corrigido os “excessos simplificadoros” de Braverman, o movimento segue a direção apontada por ele. É de uma recorrente desqualificação que se trata. Aqui entra uma questão importante para a formação da classe: se pode-se falar de uma vasta classe de assalariados, posto que a clivagem da propriedade dos meios de produção permanece, no plano da ilusão a classe não se completa e é inadequado falar de uma expansão exponencial da “classe dos assalariados”.

O segundo grande movimento real dá-se com as simultâneas ampliação e privatização do tempo de trabalho, o que, outra vez, está em contradição com a análise das aparências. A ampliação se dá em todos os horizontes, começando por vastas categorias de trabalhadores, sobretudo dos serviços, que têm sua jornada de trabalho ampliada (movimento de ampliação da mais-valia absoluta): shoppings, hiper e supermercados, redes de farmácia e videolocadoras, lo-



jas de fábrica, butiques de *griffes*, postos de gasolina, padarias incrementadas e uma imensa coorte de praticamente todos os ramos dos serviços. O paradoxo aqui é que quem está nas novas ocupações é quem trabalha mais, enquanto nas velhas ocupações ou nos velhos ramos trabalha-se menos: veja, por exemplo, os centros velhos das cidades.

A outra ampliação se dá com os trabalhadores *just in time* ou *on line*, vale dizer, numa massa crescente de trabalhadores que *devem* estar à disposição 24 horas por dia, embora concretamente isso ocorra apenas ocasionalmente. São os trabalhadores do celular ligado e do *pager*. Já aparecem em certas categorias – entre as quais o médico assalariado, que trabalha simultaneamente em vários locais, hospitais e consultórios – é o profissional antecipatório. A tensão do estar à disposição soma-se à negação de qualquer privacidade.

O movimento de ampliação do assalariamento é a outra face de sua privatização, em sentido rigoroso. Mesmo no que ainda se define como emprego, dá-se uma privatização, que não quer dizer estritamente emprego no setor privado: quer dizer ausência da dimensão pública. A primeira dimensão dessa privatização ocorre também nos empregos *on line*: aqui, acaba a distinção entre tempo público, o do contrato, e tempo privado, o do não-trabalho. O empregador, ou o Estado, tem direito de invadir o tempo que era, antes, de fruição privada. Pode ocorrer, levando para a galhofa, que se esteja na melhor atividade, e aí... toca o celular!

A mais radical ampliação do trabalho e de sua privatização, mas não do assalariamento, expressa-se na extensão do trabalho ao interior das residências, onde ele se apresenta como um consumo: estou me referindo à utilização de *softs* com os quais, a partir de nosso computador pessoal, ou nas empresas, acessamos seja dados de pesquisa e intercâmbio de conhecimentos – a internet –, seja nossas contas bancárias, e operamos nossa conta corrente, nossas dívidas e nossas – de quem, cara pálida? – aplicações; fazemos compras nos supermercados, solicitamos ingressos para espetáculos, pedimos reserva de vôos,

com o *e-mail* substituímos os serviços do correio – e a lista alonga-se diariamente. Trata-se, a rigor, de uma substituição do trabalhador do banco e de outros serviços pelos clientes, aos quais nada é pago: ao contrário, pagamos por tais serviços. Isto não aparece, absolutamente, seja como trabalho, seja como emprego, seja como ocupação. E, no entanto, sem essa nova categoria não se compreenderia a enorme redução de contingentes de trabalhadores desses ramos de serviço, tais como os bancários, já referidos. A economia que a empresa faz na folha de salários e na planta de trabalho, fábrica e/ou escritório, ainda não foi calculada, mas é fantasticamente ampla. Importa assinalar que tais modificações, ampliações e diluições das fronteiras do trabalho têm uma elevada incidência na formação da taxa de salário, enviesando-a para uma tendência declinante. De fato, apesar dessa expansão, assinala-se uma estagnação dos salários reais como fenômeno mundial, mesmo nos Estados Unidos. No Brasil, tal tendência declinante é claramente visível.

Passagem na neblina – Esse conjunto de modificações pede, evidentemente, uma nova abordagem sobre o trabalho e as categorias de trabalhadores que o exercem, ou dos que trabalham mas não são trabalhadores. Necessariamente, isto terá impacto sobre a classe social e, por conseqüência, sobre a relação entre classe e socialismo. Ninguém dispõe da resposta, para não prometermos o que não se pode oferecer. Por isso, estamos em meio à neblina e, como nos lembrava Paulinho da Viola, nessas condições, “levemos o barco devagar”...¹ O longo movimento industrializante da primeira e da segunda revoluções industriais, por suas formas técnicas, virtualmente abriu o caminho para a formação de grandes massas de trabalhadores que, apropriando-se dessa relação, em dialética com o socialismo, deram lugar à classe operária. Tratou-se de um movimento no sentido da publicização das relações. O Estado do Bem-Estar surge na esteira desse processo: aprofundamento da situação operária, proletarização dos serviços, ampliação do assalariamento; por isso a rede pode tornar-

1. Referência à música “Argumento”, de Paulinho da Viola, que diz: “Sem preconceito ou mania de passado/ sem querer ficar do lado de quem não quer navegar/ Faça como o velho marinheiro/ Que durante o nevoeiro/ Leva o barco devagar”.

se universal. A publicização aparece como um processo em que os canais privados são insuficientes para o processamento das relações operário/assalariado/patrão, seja do ponto de vista da enorme ampliação do conflito, seja do ponto de vista da acumulação do capital. Sabem-se os resultados que produziu: a constituição de uma sólida classe social, o deslocamento do conflito do contrato mercantil para o campo dos direitos sociais, e, no limite, pelo papel do fundo público na acumulação, uma espécie de poder de veto sobre o capital. Este é o fundo do conflito do qual emergiu, como reação, o neoliberalismo.

De outro lado, conforme o breve resgate anterior, um movimento de pinças leva simultaneamente à ampliação quase sem fronteiras do assalariamento e à revolução eletrônica. Esse duplo movimento conduz, paradoxalmente, a uma nova virtualidade de privatização das relações sociais, seja pelo deslocamento da centralidade do operário industrial, pela des-localização do trabalhador de serviços, pela anulação da diferença entre espaço público e espaço privado ou pela junção entre trabalho-coerção e trabalho-consumo. Amplia-se o tempo de trabalho total, como resultado mais geral.

Teoricamente, o esquema de Marx do “exército industrial” parece ser mais atual do que nunca, mas sua compreensão requer uma nova interpretação. A ampliação do assalariamento operou uma fusão entre as frações intermitente e latente do exército industrial: praticamente todos os trabalhadores converteram-se em membros intermitentes/latentes pela permanente desqualificação e pela informalização. A fração propriamente ativa tornou-se minoritária, enquanto a fração estagnada ou lumpen tende a crescer. Essa extraordinária mudança opera perversamente no sentido da transformação social revolucionária, a qual significa, como sempre, uma mudança radical na direção do socialismo. Se a mudança revolucionária ganha virtualidade na medida em que se amplia a base social assalariada, esta contém novos elementos que dificilmente podem ser revolucionários, uma vez que a eles não interessa nenhuma modificação. Essa junção não é sem conseqüências: o fundo público não se constitui, posto que

essa negatividade permanente transforma-se numa exceção permanente, a qual frustra precisamente o contraditório: tudo se passa como se o trabalhador fosse seu próprio adversário. A trajetória dos trabalhadores – que o são – do informal atesta isso todos os dias. Aí surgem tendências irracionais, para as quais Fernando Haddad chamou a atenção em artigo publicado na revista *Praga*. O Estado capitalista retira desse movimento sua justificativa para a desestruturação do Estado do Bem-Estar ou de seu arremedo no Brasil: um eterno movimento “pendular”, como o chama o filósofo da corte, impede qualquer previsibilidade, e o Estado se dissolve: sem previsibilidade, não há Estado como “conformação” da sociedade. A fração ativa, tornando-se minoritária, perde em influência, pelo seu número reduzido, e em radicalidade, porque os fundos públicos que se originam da relação contratual, que se reitera como estruturante da reprodução do capital, transformam-na numa espécie de “sujeitos monetários”, como os chamou Robert Kurz. A gestão dos fundos públicos torna-se seu objetivo maior, em vez de estabelecerem o objetivo político de sua apropriação. Entre nós, isto é exemplificado pela gestão do FAT, PIS-PASEP (Plano de Integração Social-Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). A fração lumpen da reserva, fora da reserva, que cresce exponencialmente sob todas as formas degeneradas, é criada e reproduzida pelo fato de ser excluída: ela é excluída pela descartabilidade permanente, a qual se transforma numa ausência de formas. O tráfico de drogas, que está longe de ser o único emblema dessa nova situação, não cria nem pode criar nenhuma relação, posto que alimenta-se de sua própria exceção. O lumpen tampouco pode ser considerado como parte do conjunto de trabalhadores, a não ser num vago sentido moral, já que também é vítima do sistema.

Na política, tais tendências levaram à extensão do espectro político dos partidos de esquerda na direção da inclusão do voto das chamadas “classes médias” sobre a base material do assalariamento dos antigos profissionais libe-



rais. E, dessa forma, o Estado do Bem-Estar também se universalizou, tornando-se o principal financiador da acumulação de capital. A expressão do movimento de ampliação da base assalariada, com a inclusão dos “executivos”, levou aos partidos-ônibus, refletindo a aparência da indiferenciação. A “terceira via” é a forma contemporânea dessa tendência e, não à toa, o tucanato é expressivamente na história política brasileira a indiferenciação entre empresariado e Executivo. O PT apresenta também, em graus atenuados, essa indiferenciação, que se expressa, de maneira não isenta de conseqüências, na perplexidade do partido.

Há contratendências em andamento. A mais citada é certamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que realiza, por seu lado, a fusão entre o operariado rural e os pequenos empresários despojados. A radicalidade do MST é dada, um tanto paradoxalmente, pela sua ala de “proprietários”, com o programa da propriedade da terra de forma ampla. É aí que reside sua radicalidade. No que diz respeito ao movimento sindical que representa a fração ativa do exército industrial, há, por um lado, um programa tipicamente de “sujeitos monetários” sem radicalidade política e, de outro, a disposição para implementar contratos nacionais, o que se transforma numa operação de radical transversalidade, pois significaria a redução do espectro de desigualdades regionais e setoriais que o capital aproveita para manter a taxa de lucro. Aponta também para a redefinição das relações verticais entre os vários níveis de poder, com o que refaz o pacto federativo, a relação com o Mercosul e a relação com o capital internacional-globalizado. O conflito de classes tem como clivagem principal a utilização do fundo público. A orientação da esquerda a esse respeito será decisiva para a fundamentação de um projeto socialista alternativo, pois sem base material unificadora não há classe social no sentido político; sem ela, o movimento da dança frenética se imporá.

Não se trata, pois, apenas de valores e de radicalização da democracia: essa radicalização ultrapassará rapidamente os limites da política, ou regredirá como

um movimento de retroalimentação da dança frenética. Na história das relações classe – socialismo nada foi automático e, se o capitalismo criou as condições virtuais da classe com a industrialização e a proletarização, o movimento contestador de parte dos trabalhadores criou o socialismo e a classe. Agora, pede-se a reprodução da mesma relação: há bases materiais que ampliam não apenas a desigualdade mas a irredutibilidade de interesses, porém, outra vez, se esta é a condição necessária, a elaboração da alternativa política, de um novo modo de produção fundado nos próprios valores do trabalho e na sua dimensão civilizatória, será condição suficiente. Em direção ao Santo Graal, na passagem na neblina.

Bibliografia

- BERNSTEIN, Eduardo. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, [199-]. (Coleção Zero à Esquerda, 199)
- CASTRO, Nádia e GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Além de Braverman, depois de Burawoy. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17, out. 1991.
- HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, nº 18, set. 1987, p. 103-14.
- HADDAD, Fernando. O legado de Marx. *Praga*, São Paulo, n. 5, p. 77-88, maio 1998.
- KAUTSKY, Karl. *Caminho do poder*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ática, [19--]. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 19)

- O'CONNOR, James. *The fiscal crisis of the state*. Nova York, St. Martin's Press, 1973.
- OFFE, Claus. A categoria trabalho como categoria sociológica básica. In: OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- PRZERWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. v. 1.

Comentários

João Pedro Stedile

Alegro-me em estar neste debate com antigos e jovens militantes da causa socialista e alegro-me também pelo fato de os coordenadores terem constituído, em minha opinião, uma mesa plural, no sentido de que os que estamos aqui podemos contribuir olhando a luta de classes de trincheiras diferenciadas, seja do ponto de vista da pesquisa, seja do parlamento, seja do partido ou das lutas sociais.

De minha parte não quero ter a pretensão de comentar os ensinamentos do professor Francisco de Oliveira, embora tenha recebido o texto de sua palestra com antecedência. Quero trazer uma contribuição como militante social. Mais do que respostas ou interpretações da realidade, como o professor apresentou muito bem, quero trazer indagações e reflexões para que possamos encontrar respostas para os nossos desafios. Respostas que nós, dos movimentos sociais, vemos como necessárias para sabermos como conduzir a luta social rumo ao socialismo.

Gostaria de lembrar, até em homenagem aos jovens que têm acompanhado estes debates, que houve, na tradição da esquerda brasileira e dos partidos que nos antecederam, muitos equívocos de interpretação da nossa sociedade. Eu mesmo vivi ou estudei muitos desses equívocos, entre os quais poderia citar o



peso excessivo que se dava, nas décadas de 1960 e 1970, ao caráter revolucionário do operariado industrial em si, e um certo desprezo em relação aos camponeses, que naquela época eram ainda 50% ou 60% da nossa população.

O velho Partidão (Partido Comunista Brasileiro) também cometeu os equívocos da sua tradicional ilusão sobre o papel da burguesia nacional no processo de transformação do país. Da mesma forma, não conseguiu interpretar as relações sociais no campo e atribuiu ao caráter latifundiário da nossa burguesia agrária um conteúdo feudal; e por isso defendia a aliança com a burguesia nacional para fazer uma reforma agrária antifeudal.

De certa forma, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) cometeu os mesmos equívocos, com o sinal trocado, quando adotou a estratégia de guerra popular prolongada e passou a considerar os camponeses do Brasil como se fossem a força principal e dirigente do processo revolucionário.

Felizmente, naquele mesmo período, alguns intelectuais de esquerda como Rui Mauro Marini, o querido professor Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. travaram um intenso debate que nos ajudou a compreender os equívocos que havia nas interpretações das lutas de classes e da natureza da realidade social daquele tempo, de maneira que acredito já ter sido feito um acerto de contas teórico com a esquerda da década de 1960.

Os desvios de análise da década de 1990 – O segundo elemento a ser considerado é que estamos assistindo a um processo de mudança do modelo econômico. O modelo de industrialização entrou em crise e as elites estão implementando outro modelo, que subordina a nossa economia ao capital financeiro internacional.

Esse novo modelo – que ainda está em curso – foi hegemonizado ideologicamente pelo neoliberalismo e trouxe muitas conseqüências perversas às análises das classes sociais no Brasil. Aliás, acho que ainda não fizemos um acerto de contas com o que podemos chamar de equívocos de análise da década de 1990.

Esses equívocos, pelo que tenho lido e estudado, têm várias origens, a começar pelo processo de cooptação da intelectualidade universitária.

Houve também um processo de influência das idéias difundidas pelo Banco Mundial, que, em muitos casos, passou a ser o centro gerador de ideologias; em outros, o centro gerador estava nas universidades do exterior, especialmente as norte-americanas. Isso causou, na minha opinião, uma influência negativa na forma como a esquerda, ou alguns setores da esquerda, passaram a analisar a sociedade brasileira.

E, de 1990 para cá, assistimos ao abandono de conceitos clássicos elaborados por Marx e ao surgimento de terminologias como “sociedade civil”, que escondem a verdadeira face da sociedade, como se ela fosse um aglomerado de interesses comuns, como se não estivesse mais dividida em classes com interesses diferenciados e às vezes antagônicos. Então, tudo se resumia à tal sociedade civil, que ninguém entendia o que era, assim como se começou a dar uma proeminência maior a um ente chamado “opinião pública”, como se a “opinião pública” virasse um referencial de lutas e um indicador da ideologia correta politicamente para os interesses da classe trabalhadora.

Da parte dos trabalhadores, começaram a ser defendidas idéias de “pluralidade”, como se fosse moderno que cada um pudesse dizer qualquer besteira, como se a pluralidade fosse sinônimo de idéias justas e necessárias.

O Banco Mundial começou a definir os pobres e os trabalhadores como população de “baixa renda”, de maneira que, de uma hora para outra, o nosso proletariado, os nossos pobres do campo passaram a ser apelidados com esse conceito que ninguém sabe o que é – trabalhadores de baixa renda –, e esse conceito foi multiplicado em muitos documentos divulgados. Entre a classe média e/ou entre os profissionais liberais proliferaram outras idéias genéricas, como a de cidadania, fazendo com que se esquecesse ou se escondesse por trás dela a contradição que existe em nossa sociedade entre capital e trabalho. Parecia, então, que a cidadania, o direito de falar em público, o direito de

pensar livremente resolveriam por si só as contradições fundamentais da sociedade.

Também vimos muitos setores de esquerda apresentarem agora, como questões centrais para as transformações sociais, as questões de gênero e de raça. Embora tenha havido também grupos e intelectuais que conseguiram formular uma interpretação que casava as questões de gênero e de raça com a luta de classes. Mas, em muitos grupos feministas que proliferaram pelo Brasil afora, é impressionante o desvio ideológico que isso causou. Como se a nossa companheira Dorcelina Folador – prefeita da cidade de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, líder dos sem-terra, assassinada pelas oligarquias locais – tivesse as mesmas contradições de classe que dona Tânia, presidente da UDR (União Democrática Ruralista).

Por último, falando desse abalo ideológico da interpretação das classes no Brasil, considero que o Banco Mundial e outros organismos internacionais conseguiram fazer um estrago muito grande com a criação das ONGs (organizações não-governamentais).

A maioria delas, mesmo com boas intenções – embora o inferno esteja cheio de gente bem-intencionada –, acabou apenas servindo como uma espécie de cabide de emprego confortável em que os intelectuais se afastaram da luta de classes. Não existe coisa melhor neste país de pobres e miseráveis do que um “estudado” egresso da universidade tornar-se dirigente de ONG: ele ganha muito bem, não precisa se preocupar com nada, limita-se a redigir artigos que são publicados na *Folha de S. Paulo* ou em revistas da moda.

Acredito que isso foi um estrago porque, na tradição de esquerda, todos sabemos que é necessária a constituição do que poderíamos chamar de intelectuais orgânicos. E as ONGs, o que fizeram? Os intelectuais foram separados da luta de classes para ficarem em uma entidade que não tem compromisso nenhum com a transformação da sociedade, tem compromisso apenas com o seu bem-estar social e pessoal.

Acho que, no campo da esquerda, devemos ainda produzir um balanço crítico, uma resposta a esses elementos, assim como já fizemos em relação à década de 1960. Não temos, por enquanto, uma resposta científica e ideológica a esses desvios que, na minha opinião, ainda influenciam a organização dos trabalhadores no Brasil.

As transformações recentes – Há um terceiro elemento que gostaria de discutir. É evidente que a realidade brasileira mudou muito nos últimos 20 anos, e o professor Francisco de Oliveira descreveu com muita propriedade algumas das transformações que aconteceram. Certamente, a base destas transformações está no que foi referido antes, na mudança no modo de acumulação predominante na sociedade, pois saímos de um modelo industrial, que gerava mais empregos e entrou em crise, e entramos num modelo de acumulação em que o capital financeiro e estrangeiro tem a hegemonia. Esta forma de reorganização do processo de acumulação no Brasil acarreta conseqüências imediatas nas relações sociais, no trabalho, no emprego e nas classes sociais dele resultantes.

Assim, podemos concordar que o operariado industrial perdeu o seu peso relativo na nossa sociedade, mas isso não significa que o trabalho tenha perdido o seu carácter gerador de riqueza. Nada ainda é criado neste mundo em termos de riqueza e bem-estar que não seja fruto do trabalho. Portanto, a base de qualquer sociedade, da produção e das relações econômicas é ainda o homem que produz, o homem que trabalha e vive do trabalho.

É certo que a classe trabalhadora, neste sentido genérico, se multiplicou em diferentes grupos sociais, uns talvez mais atomizados ou desorganizados, mas todos ainda vivendo do seu trabalho. Esse novo modelo introduziu novas formas de trabalho que ampliam a parte do capital constante e diminuem a parte relativa ao capital variável, mas, em essência, nada se produz sem que haja trabalho morto ou vivo.

Também percebe-se, nessa mudança da realidade, que houve um processo de financeirização da classe hegemônica brasileira, que acabou reduzindo ainda mais os setores dominantes, sobretudo entre os banqueiros, as multinacionais e os grupos econômicos, mesclados entre si com o capital financeiro e o capital internacional.

Talvez desta análise de classe possamos entender essa vontade incontestável que os tucanos têm de também se transformarem em banqueiros. No fundo, eles sabem que só assim serão classe dominante neste país. Afinal de contas, o que controla o modo de acumulação predominante atualmente é o capital financeiro.

Mas também assistimos a outras mudanças importantes em termos de realidade brasileira, que podemos chamar de “lumpenização” da nossa sociedade. (A expressão lumpenização refere-se à ampliação do setor social classificado por Marx como lumpen, que existiria em todas as classes sociais. Ele atribuía aos lumpens características do setor social miserável, que não vive do trabalho, mas do oportunismo social e de negócios ilícitos.) Há uma lumpenização dos setores mais pobres, sobretudo nas periferias das cidades, e há também a lumpenização da classe dominante: um grande setor da burguesia brasileira deixou de acumular dinheiro na produção, na exploração do trabalho, e passou a dedicar-se a negócios ilícitos.

É impressionante o volume de dinheiro que circula nesses negócios ilícitos. Recentemente, o historiador Valter Pomar comentava em um debate que hoje, para operar o negócio de narcotráfico, é preciso ter um capital inicial de pelo menos R\$ 7 milhões. Não é negócio para quem mora na periferia. Na semana passada, estive com o brigadeiro Sergio Ferola, num intervalo de um debate na TV Senado, e ele falou sobre a entrada de aviões ilegais, na fronteira brasileira, carregados de armas e cocaína, que, infelizmente, a aeronáutica não pode interceptar e derrubar, porque a lei proíbe. (Há um projeto para mudar esta lei tramitando no Congresso há mais de dez anos. Por que ele está parado há tanto tem-

po?) Ora, são 300 aviões carregados de cocaína e armas por mês, que realizam viagens ilegais a partir do Paraguai e da Bolívia para o Brasil.

Certamente as nossas elites estão envolvidas até o nariz com esse processo de lumpenização, que envolve não só o comércio mas, sobretudo, a lavagem de dinheiro em nossos melhores bancos.

Finalmente, é um debate interessante o que o professor Francisco de Oliveira propõe: qual seria, então, o nosso exército industrial de reserva? Na época de Marx era chamado industrial, hoje não mais. Talvez o exército industrial de reserva seja constituído pelos jovens que estão nas faculdades. Os migrantes do campo não são mais exército industrial: uma população em que 65% são semi-analfabetos ou têm até o 3º ano primário completo não consegue mais disputar emprego nas grandes cidades, de maneira que vem para a cidade não mais como um exército industrial de reserva, mas como um grupo de excluídos, pessoas descartáveis que não cumprem mais nenhum papel neste processo de acumulação que as elites estão coordenando.

As mudanças sociais no campo – Um quarto elemento que gostaria de comentar diz respeito às mudanças no campo.

Certamente, o professor José Graziano da Silva, que está aqui conosco na platéia, está muito mais capacitado para comentá-las, porque as tem estudado com rigor, mas, em termos gerais, nós do MST temos percebido que, do ponto de vista da produção agrícola, as mudanças que aconteceram deixaram as classes sociais mais nítidas do que em relação à década de 1960. Houve uma espécie de peneira nas relações sociais, talvez o processo de modernização do campo as tenha levado a se tornarem mais claras.

Assim, grosso modo, posso dizer que existe hoje no Brasil uma burguesia agrária proprietária. A natureza principal dessa burguesia é que ela se mistura com o capital industrial, financeiro e comercial, não tem necessariamente origem no campo, mas coordena o processo produtivo da agricultura brasileira,

chamada moderna. Há também uma outra fração da burguesia agrária que podemos chamar de burguesia agrária rentista, atrasada – os latifundiários – e que em sua maioria vive com base na pecuária extensiva.

Existe ainda uma pequena burguesia que se modernizou, que seria mais ou menos do tipo *farmer* norte-americanos – e em geral possui em torno de 100 a 500 hectares, se mecanizou, tem poucos empregados e também trabalha. Torna-se uma classe, usando um termo da moda, emergente – uma pequena-burguesia no meio rural.

Há uma quarta classe que poderíamos definir como a dos camponeses que trabalham por conta própria ou são sem-terra e trabalham como parceiros, meeiros, arrendatários etc. Essa classe está em franca decadência, diminuindo em número expressivo a cada censo, porque ela não consegue, nesse modelo econômico, se reproduzir como camponeses. Há também um proletariado rural formado pelos assalariados temporários e permanentes, que, também segundo dados estatísticos, vem tendo o seu peso social diminuído na agricultura brasileira.

E, finalmente, extrapolando a atividade produtiva agrícola, como bem tem notado o professor José Graziano, o que se percebe de novo é que, no meio rural, multiplicaram-se outras atividades não-agrícolas que estão gerando outras relações sociais. Esses trabalhadores podem ser chamados, genericamente, de rurais, porque estão nesse meio, mas não são trabalhadores agrícolas e não estão ligados a atividades produtivas da agricultura. Podemos dizer que cerca de 30% da população que vive no meio rural realiza atividades não-agrícolas, o que é uma tendência recente e crescente

Os desafios do futuro – Finalmente, quero trazer para consideração de todos outra reflexão para o debate sobre classes sociais e socialismo. Estamos interessados e preocupados em compreender quais são as classes, quais são os interesses políticos e particulares que a nova realidade brasileira produziu. Se-

ria também importante que trilhássemos outro caminho complementar, que é o de tentar descobrir quais são as principais contradições que o nosso povo vive hoje. A superação dessas contradições é que pode nos levar a um processo de transformação social ou ao socialismo. Para não cairmos num processo doutrinário de classificar as classes sociais e depois ficar procurando qual delas é a mais importante, qual é a revolucionária, qual é a dirigente.

Talvez o melhor caminho seja, então, debater e refletir sobre quais são as contradições fundamentais que o nosso povo, a classe trabalhadora, enfrenta na sociedade atual. Temos, sem dúvida nenhuma, uma contradição gerada pela nossa dependência externa que não foi resolvida, ou seja, mais do que nunca a idéia de um projeto nacional está presente em nossa sociedade, porque as elites implantaram um modelo que aprofundou ainda mais a dependência – e pior, em relação ao capital internacional financeiro.

Segunda contradição: é impossível considerarmos um processo de desenvolvimento econômico igualitário, que consiga gerar um Estado de Bem-Estar Social para a população, distribuir riqueza e renda sem enfrentarmos a contradição entre capital e trabalho. Essa é uma contradição presente, pois sabemos que não será o projeto de renda mínima que irá resolver o problema de desenvolvimento econômico do país e gerar uma sociedade igualitária. O programa de renda mínima é importante e necessário para que os mais pobres não morram de fome e tenham o mínimo de dignidade em suas condições de vida.

Poderíamos classificar uma terceira contradição como a revolução democrática, que a burguesia não resolveu no país; mais especificamente, a questão dos direitos democráticos da nossa sociedade. O primeiro deles é o da terra. A terra é um bem da natureza, não há necessidade de uma revolução socialista para se fazer a reforma agrária. A expressão reforma agrária foi cunhada pela própria burguesia industrial, na Europa, mas a burguesia brasileira não quis, não quer e não vai fazer uma reforma agrária, daí esse conflito permanente que temos com ela. O MST é odiado não porque tem um peso social importante, não porque

somos tão radicais quanto eles falam, mas, na verdade, porque a burguesia não quer resolver essa questão e distribuir a propriedade da terra, que é uma bandeira democrática, assim como a moradia e a escola pública e gratuita pelas quais os companheiros lutam.

A burguesia não quis e não vai resolver essa contradição e, portanto, nos coloca na ordem do dia.

Por último, há a contradição do monopólio dos meios de comunicação e da cultura, que é exercido por um grupo minoritário da burguesia e que manipula mentes e corações. Manipula o lazer da população e, sobretudo, transforma-se em cultura de massas, que retira até mesmo a dignidade do povo, impede que ele se desenvolva cultural e espiritualmente de uma maneira digna. Então, proponho que incluamos neste debate sobre classes sociais rumo ao socialismo o debate sobre como enfrentar as contradições que estão presentes em nossa sociedade.

Comentários

José Genoino

Crítica e resgate – Boa tarde. Ao ser convidado para este debate, confessei aos organizadores que teria dificuldades para expressar o meu ponto de vista sobre o tema de que tratam este seminário e esta mesa, pois a temática talvez não fosse a mais adequada para mim na medida em que minhas formulações se situam em outro terreno: a crítica ou o resgate. Mas fiz um esforço para me situar neste debate e vou usar com toda a cautela a frase do Paulinho da Viola, citada pelo professor Francisco de Oliveira, que, numa leitura livre, diz: “Nas condições dos desafios, devemos levar o barco devagar”. Então, se eu entrar na contramão e fizer algumas sinalizações que incomodem os corações e as mentes deste auditório, será de uma forma muito aberta – até mesmo uma ousadia, porque pretendo expressar o que tenho dito nos debates sobre o PT.

Como se trata de um debate, devemos dar prioridade aos pontos de discordância. Toda a parte do texto do professor Francisco de Oliveira que analisa os processos de mudanças das relações e dos padrões de trabalho e suas implicações na organização dos trabalhadores está magnificamente bem elaborada. Basta apenas registrar essas concordâncias, pontuá-las seria estender mais o assunto fazendo apenas reafirmações. Peço, então, ao professor, permissão para entrar nos pontos polêmicos deste debate, que é muito caro para nós de esquerda.



Todos sabem que não tenho nenhuma formação ou experiência que me dê condições de aprofundar temas extremamente complicados como este, classes sociais e socialismo. Porém, é um tema que, no meu entender, é o mais delicado da esquerda e vou ousar discorrer sobre ele.

Um ponto de discordância que tenho em relação ao texto do professor diz respeito à relação funcional entre as classes sociais e o socialismo, ou ainda entre a classe operária e o socialismo, em particular na visão marxista. Preliminarmente, trata-se de reconhecer que há uma relação de indeterminação de mútuo condicionamento entre a realidade social e econômica e a esfera política, mas esse mútuo condicionamento não pode ser lido como uma relação causal ou como nexos de causa e efeito. Pelo contrário, é preciso notar a relativa autonomia do social, do econômico e do político.

A luta de classes e as dimensões da luta política – Dito isso, parece razoável supor que as classes sociais pertencem às esferas da realidade social e econômica da sociedade, mas, claramente, as classes sociais são realidades sociais empíricas que não pertencem à esfera da política no sentido estrito do conceito.

Assim, uma classe social não é um sujeito político que define programas, ações e ideologias. Os indivíduos que pertencem a uma classe têm um campo de interesses comuns que podem ser articulados e apresentados de forma consciente por organismos de natureza associativa ou política, como associações, ligas, sindicatos e partidos. Mas todos esses organismos são esferas de representações de interesses, não se reduzem e também não se confundem com a classe em relação à luta de classes, no sentido que foi dado à primeira pela teoria da vertente mais dogmática do marxismo.

A luta de classes é um fenômeno real e operante na política e devemos reconhecê-la como ponto fundamental para entender a sociedade. Mas a luta de classes não constitui, na minha opinião, um paradigma para vislumbrar uma

racionalidade última e não abrange todas as dimensões da luta política dos homens no final do século XX. Nesse ponto, posso dizer a todos claramente que fazem parte da disputa política realidades e problemas que não se explicam pela luta de classes.

Fazendo uma brincadeira com o Stedile, vou proferir uma frase que já foi dita por mim num debate sobre o aborto, em que havia um público formado por um grupo de mulheres ricas e outro de mulheres pobres. Eu disse que a gaiola de ouro e a gaiola de papelão que oprime as mulheres da favela e as mulheres do Morumbi são ambas opressoras e discriminam as mulheres pela sua condição feminina. Isto é, a explicação da questão de gênero pelo conceito de luta de classe reduz, do ponto de vista dos valores, nossa interpretação dos seres humanos. Inclusive, esse é um dos pontos que devemos, no meu modo de ver, criticar radicalmente nas experiências socialistas no mundo.

Por sua vez, os partidos são organismos de natureza política vinculados a uma dimensão intersubjetiva, ética, estatutária e programática. Estabelecem ações de adesão, de afinidades e de objetivos comuns, e se definem por seus programas e por suas ideologias.

Dessa forma, não são organismos de classe nem suas encarnações, apenas se remetem programaticamente às classes e procuram conferir racionalidade aos seus interesses, além de se auto-atribuírem a missão de representá-los. Mas essa representação de interesses é sempre uma auto-atribuição e somente isso, nunca uma decorrência causal radicada em algum princípio ontológico fundador da classe.

Socialismo e classe operária – O socialismo como proposta de organização de uma nova ordem social, econômica e política é o resultado de atividades teóricas de indivíduos e de ações políticas de partidos, não podendo, portanto, ser entendido como uma substância secretada pela própria classe operária. O desenvolvimento das forças produtivas não faz surgir a base social do socialis-

mo, assim como a classe operária não tem a missão histórica de formar um reino universal humano que transcenda os seus próprios integrantes. Voltarei a esse tema mais tarde, para dizer como Lenin tratou do partido e da classe de dentro para fora.

Portanto, na minha avaliação desta relação, não reconheço uma verdade intrínseca à classe capaz de emancipar toda a sociedade, negando, em seu ser, o seu próprio ser de classe. Acho que esse problema aconteceu fundamentalmente nos países desenvolvidos quando a classe operária optou por reformas do capitalismo, principalmente pela via da social-democracia. A relação entre classe operária e socialismo se reduz ao simples fato de que a primeira constitui o ambiente empírico sobre o qual a teoria e a proposta política do segundo se elaboram, mas o socialismo não é uma produção da classe, até porque as classes sociais com determinações empíricas da sociedade não constroem elaborações teóricas nem programas políticos. A meu ver, foi uma das vertentes do marxismo que definiu a verdade e a missão da classe operária, prevendo o seu curso na história.

Nesse sentido, parece não haver uma relação reciprocamente fundadora, nem no sentido que vai da classe operária ao socialismo nem no que percorre o caminho contrário. Esses dois elementos, do ponto de vista de sua constituição, originam-se de forma autônoma. A classe surge por conta de determinações e circunstâncias históricas e o socialismo a partir de atividades conscientes de indivíduos, movimentos e partidos políticos.

O que há entre ambos os termos são relações de mútuos condicionamentos; assim as relações empíricas entre forma de existência, constituição e organização das classes, como as que foram observadas pelo professor Francisco de Oliveira, podem suscitar reelaborações das teorias socialistas.

Mas estas reelaborações não são uma decorrência necessária das mudanças que ocorrem no contexto das classes. Uma mesma mudança pode suscitar interpretações diferentes, inclusive dentro de um partido como o PT, e podem

suscitar em alguns a afirmação dos princípios clássicos do socialismo, e em outros tentativas de reelaborar posições socialistas e de criticar não só a vertente do socialismo/comunismo em fase de transição, mas, até mesmo, a perspectiva socialista.

Portanto, a idéia de que a classe tem consciência de si como tal, de uma linha justa, de um espírito de classe, origina-se do fato de esta classe ter (acreditar em) uma verdade, que terá de ser representada por um partido político. Até o próprio Lenin percebeu o caráter problemático da suposição de uma relação causal entre classe e socialismo e entre classe e partido ao elaborar a teoria da externalidade do partido em relação à classe. Porém, a saída que ofereceu para um problema corretamente percebido não deixou de ser problemática, pois o dogma de a classe ser o sujeito da revolução propunha que a verdadeira consciência revolucionária fosse reelaborada por um organismo político, um partido situado fora do contexto da existência empírica da classe. Trata-se de uma espécie de transmutação da teoria mística da encarnação para a esfera do partido e das classes.

A classe encarnaria o povo e vice-versa. A classe, o verdadeiro sujeito da revolução, não é capaz de formular a verdadeira consciência revolucionária; é necessário o seu órgão encarnador, o partido, para que esta formulação aconteça. As decorrências do ponto de vista prático e teórico deste tipo de partido são bem conhecidas, tanto nos países em que houve uma relação entre classe operária e partido como nos países em que esta não existia, e a missão histórica dos partidos de vanguarda foi realizar, nesses países que não tinham classe operária industrial, a missão histórica, como foi o caso da revolução camponesa na China.

Partidos socialistas no continente americano – O professor Francisco de Oliveira percebe muito bem que, no Ocidente, os Estados Unidos foram a grande exceção na coincidência histórica entre a expansão do operariado industrial

e o crescimento dos partidos socialistas, mas pode-se dizer que todo o continente americano se inscreve nessa exceção, incluindo o Brasil com o PT. O PT não é um partido cuja atividade política está centrada na proposição do socialismo. Na sua essência, o PT é um partido de esquerda que procura oferecer saídas e alternativas políticas no contexto da reforma da democracia, no sentido de sua radicalização, de afirmação e de ampliação de direitos individuais, num contexto de luta contra o capitalismo, de democratização da propriedade, da riqueza e do poder. Nesse sentido, entendo que as referências do PT ao socialismo no VII Encontro e no II Congresso do partido são um referencial importante, na medida em que estou aqui questionando, ou ousando questionar, a base científica do modelo econômico do socialismo, mas não estou deixando de tomar como referência paradigmas, valores, causas e adesões.

Os vínculos mais fortes entre socialismo e classe operária foram criados onde o feudalismo foi particularmente marcante, onde os privilégios sociais se prolongaram por muito tempo. Nesses países, o liberalismo desenvolveu-se tanto como reação aos privilégios feudais quanto como alternativa às monarquias absolutistas. Lenin e o próprio Marx consideravam o socialismo uma espécie de brotação política do liberalismo no momento do industrialismo e dos trabalhadores industriais.

Entendo, portanto, que o PT procura representar interesses sociais mais amplos, fazendo uma opção, na defesa desses interesses, por aquela representação de setores de classes que chamamos de explorados e oprimidos. Talvez seja por isso que o PT consegue afirmar-se e crescer como partido de esquerda neste ambiente pós-queda do muro de Berlim e talvez seja isso também o que impede o PT de centrar sua atividade política cotidiana em torno do socialismo. Porém, é preciso reconhecer que os elementos de estudo do PT em torno de sua especificidade são precários e não passam de hipóteses. A hipótese mais rica do PT é exatamente a sua proposta laica pluralista em relação à teoria de não ser portador de uma verdade científica como partido político.

Trabalho e revolução – Ao resumir de forma simples e eficaz a crítica à centralidade do trabalho e da revolução, o professor Francisco de Oliveira mostra que ela se remete às tendências de progressão da vida social do trabalho, da diminuição relativa da atividade industrial, do crescimento dos setores de serviço e, contemporaneamente, à revolução eletrônica, à automação e às telecomunicações. De fato, esses processos produziram, no terreno social, uma descentralização da clivagem tradicional entre classe operária e burguesia, particularmente visível já no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Seja qual for a denominação que possamos dar a este conceito de sociedade, o certo é que ele se caracteriza por clivagens múltiplas e plurais, o que constitui identidades igualmente múltiplas e plurais, ou seja, as entidades tradicionais do mundo do trabalho se dissolveram e isso repercutiu tanto no recrudescimento do individualismo como no enfraquecimento de valores coletivos de solidariedade. A informalização do trabalho articula tanto o individualismo como a dissolução das identidades tradicionais do mundo do trabalho. As novas identidades são plurais e, muitas vezes, temáticas em torno dos problemas das minorias, da ecologia, o que vale dizer que as identidades são, em certas circunstâncias, voláteis e passageiras. A identidade mais permanente e constitutiva de um projeto político de disputa do poder é dada pelo programa do partido.

As mudanças em curso não abalam apenas as relações entre classe e sindicatos e classe e partido, elas abalam também as perspectivas e, no mínimo, enfraquecem os sistemas tradicionais de representação. O desafio que é posto para a esquerda consiste em reinventar tanto as formas de organização social como do discurso político, e em redescobrir temas programáticos que possam definir um sentido coletivo democratizador, ético, de defesa dos direitos sociais e emancipador em relação à sociedade humana, em todo o sentido intrínseco da palavra emancipador.

Igualdade e diversidade – Minha segunda adesão é lutar contra o capitalismo, principalmente na sua forma neoliberal, e a terceira é disputar (na sociedade) as melhores possibilidades de uma sociedade democrática livre e justa. Nesse ponto, pode surgir a pergunta: por que não uma sociedade socialista? Porque, para mim, o socialismo é uma referência valorativa que busca resgatar, na história do século XIX, a principal marca da esquerda, que foi exatamente recolocar o tema da igualdade dentro da democracia.

Historicamente, ela germinou com as aspirações humanas de liberdade de pensamento, de consciência, de religião etc., e, finalmente, consagrou-se como liberdade política, sendo entendida como liberdade de participação igual para todos. A liberdade representa hoje o acesso a direitos fundamentais imprescritíveis e não passíveis de superação. Mas, sem qualidade de vida, as classes sociais e os indivíduos não têm capacidade de assegurar a liberdade, por isso os partidos de esquerda como o PT lutam por uma sociedade que proporcione os bens materiais necessários para que indivíduos e grupos sejam livres.

Considero que é impossível garantir o bem-estar de todos à custa da violação das liberdades. A igualdade, em sentido amplo, não pode sacrificar a liberdade de poucos em nome do bem-estar de muitos, nem o bem-estar de muitos em nome da liberdade de todos. A justiça deve ser o valor supremo e fundador das orientações e das instituições políticas e sociais de um sistema democrático, o qual estamos construindo permanentemente. Em minha concepção, a pluralidade, no sentido radical de política, de religião, de costumes, de aspirações, é um valor fundamental para uma sociedade democrática, livre e justa. Isso porque somos radicalmente humanos, porque, felizmente, somos diferentes e o respeito à diferença é fundamental na concepção de democracia.

O caráter da vida política na sociedade fundamenta-se na diversidade de interesses, valores, opiniões, inerente à própria natureza. Quero dizer, então, que minha visão tem conseqüências na concepção de caminhos, de lutas pelo socialismo e de lutas por sonhos e utopias que expus aqui. E, quanto à revolução,

temos de discutir o próprio conceito de revolução, porque na história da esquerda esse conceito está associado ou a uma rebelião das forças produtivas em face às relações de produção ou a um momento em que a conquista do poder realiza a revolução.

Revolucionar a revolução – As experiências mostram que as grandes revoluções não construíram, de maneira permanente e para o futuro, grandes experiências de organização e harmonização dos seres humanos. Devemos nos indagar, por exemplo, sobre as razões por que uma das maiores revoluções – que foi a de 1917 na União Soviética – produziu uma sociedade onde até experiências elementares de democracia e liberdade inexistiram.

Portanto, temos de revolucionar até o conceito de revolução, considerando que é uma postura, uma identidade, um programa, um processo infinitamente rico que sempre combina rupturas com reformas e também conquistas de governos... E não é por acaso que dizemos que conquista-se o governo, mas não o poder, porque ainda alimentamos a idéia de que um dia pegaremos o poder e ele não sairá de nossas mãos.

Finalmente, quero agradecer a oportunidade de ter falado com todos de maneira muito franca. Costumo sempre lembrar uma frase de Marx – um homem que deu uma contribuição fundamental para a história da humanidade e, se devemos criticar algumas de suas idéias, não podemos deixar de reconhecer o papel que ele teve – que me confortou muito em momentos dramáticos da minha vida, quando comecei a pensar de modo diferente e era mal-interpretado no PT: “Para o indivíduo, a pior pressão é o juízo dos mortos, aprisionando na forma de pesadelo a consciência dos vivos”.

Intervenções do público

Paul Singer

Há um ponto, em particular, no texto do professor Francisco de Oliveira, que me preocupa muito. Não tenho nenhuma discordância, mas acho que ele deveria ser aprofundado, como vários outros: é quando ele trata dos executivos. A empresa capitalista moderna é profundamente burocratizada, e, na minha visão, é uma transformação na realidade de classes que precisamos entender melhor, pois não existe uma distinção tão nítida como imaginamos entre os proprietários dos meios de produção e os assalariados da empresa capitalista de hoje.

Existe uma hierarquia e uma difusão de poder que é muito estranha. Na verdade, não é simples entender quem realmente domina. Sim, é o capital, mas

quem concretamente representa o capital nestas imensas formações? Formalmente, todos os executivos são assalariados, podem entrar em sindicatos e têm todos os direitos de qualquer trabalhador. Mas esta é a parte meramente formal e jurídica. Na prática, onde está o poder de decisão e onde está a opressão? Na época do neoliberalismo, existe, evidentemente, uma sobra de mão-de-obra. Temos hoje desemprego em massa também de pessoas com formação de executivos. O executivo não é mais o que era antes, uma pessoa de grande valor para o capital e para a empresa, que lhe dava muitas condições e privilégios, não apenas salariais. Acho que o texto do professor Francisco de Oliveira sugere um pouco isso, que houve uma proletarianização dos executivos. A meu



ver, isso faz parte das mudanças estruturais, sociais, culturais, econômicas e políticas nas empresas modernas.

A relação contratual entre a empresa e os executivos está mudando. Por causa deste enorme desemprego, temos hoje executivos sem emprego, que estão em casa, trabalhando com computadores, encarregando-se de certas operações. Enfim, o que gostaria de perguntar é para onde vão as relações sociais de produção? Essa continua sendo, a meu ver, uma questão essencial para entender a transformação da natureza de classe. Como se desenvolverá a relação entre a grande empresa e as inúmeras pequenas empresas que ela contrata, a relação entre a empresa e o capital financeiro que teoricamente a dirige? Essas questões, a meu ver, têm de ser discutidas, sobretudo do ponto de vista de quem dirige governos, e também dos sindicatos. Acho que esse é um desafio para nós que pretendemos eleger prefeitos: concretamente, quem manda no aparelho de Estado? Essa pergunta é quase análoga à anterior, quem manda na grande empresa.

A suposição de que cada prefeito ou governador dá ordens e elas se transformam no que ele está pretendendo não é verdadeira, tivemos uma experiência dis-

so no governo da cidade de São Paulo. São questões em que a discussão política poderia ajudar muito.

Max Altman

Vou formular uma questão ao Francisco de Oliveira: há um autor que aborda o socialismo e diz que a classe operária, ou o operário, é ontologicamente reformista. Além disso, em relação à idéia de que a classe operária seria fundamentalmente revolucionária, a história mostrou um caminho diferente.

Ao Genoino, eu proponho aprofundar um pouco mais a questão de governo e poder. Como ele imagina o PT assumindo o poder de acordo com as regras do sistema? Poderemos encaminhar o regime rumo a uma sociedade socialista quando as forças dominantes atuais detêm o poder dos meios de comunicação, o poder econômico e, internacionalmente, detêm o poder militar e a hegemonia como nunca?

Ao Stedile, proponho o seguinte: eliminada a concepção de vanguarda, onde se localiza a força motora de uma revolução rumo ao socialismo? Imaginamos que todo movimento revolucionário tem uma liderança, tem uma força que o leva, que o organiza; onde

você localizaria essa força revolucionária em direção a uma sociedade socialista?

Terezinha Vicente Ferreira

Há um ponto que há muito tento discutir dentro do PT e não consigo: é a questão das ONGs, mencionada por Stedile. Concorro com ele e vou até além: as ONGs surgem para assumir o papel assistencialista que o Estado deixou de cumprir. Inicialmente, elas realmente prestam assistência, mas depois vem tudo o que conhecemos, a criação de várias entidades para roubar dinheiro. Hoje considero que o papel ideológico dessas ONGs é o mais sutil e perigoso desse chamado terceiro setor. Também estou de acordo com o Stedile quando ele trata da dimensão espiritual dessas organizações, porque há várias pessoas que estão nelas para aliviar a consciência. Há muitas pessoas da própria burguesia que estão nessas organizações, e a burguesia está se apropriando ideologicamente da idéia de cidadania. Na medida em que investe dinheiro nas ONGs, ela prepara estas pessoas e passa a sua ideologia, que é a que lhe interessa. Acho que precisamos discutir bastante sobre o que é ser cidadão.

Valter Pomar

Boa tarde. Foram apresentadas tantas questões que temos de escolher um tema de preferência no debate. Queria primeiro dizer que, dependendo de como observamos a realidade, podemos ficar absolutamente confusos ou as coisas podem ficar muito mais simples do que eram antes. É verdade que há uma complicação no que se refere às formas de trabalho, quer dizer, a figura do trabalhador típico de anos atrás era a do operário industrial, mas hoje cada um de nós pode escolher qual é o seu modelo de trabalhador. E, pelo menos para a maioria, não irá mais ser o operário de macacão.

Por outro lado, nunca vi tanta simplificação naquilo que Marx chamava de trabalho abstrato. Apesar de existirem várias formas concretas de existência do trabalhador, isso não elimina o fato de que o trabalho está ficando cada vez mais simplificado, a propriedade do trabalhador sobre o processo de trabalho está diminuindo, é mais fácil substituir um trabalhador por outro do que era antes, pois as habilidades técnicas necessárias, ao contrário do que diz a propaganda, têm caído, e acontece a mesma coisa no lado do capital, quer dizer, a forma dominante do capital hoje, que é a forma finan-

ceira, é a forma mais simplificada e mais abstrata do capital.

Acho que, dependendo do ângulo de que olhamos, as coisas são mais simples e polarizadas do que há 30 ou 40 anos.

Gostaria que o professor Francisco de Oliveira e o João Pedro Stedile comentassem uma afirmação do Genoino. Ele não se apresenta como defensor de uma sociedade socialista, mas como defensor de valores socialistas. Compreendo que na opinião dele não existe uma base material para a luta pelo socialismo, como era a forma clássica do marxismo, uma vez que o marxismo construiu a tese de que há uma base material para a luta pelo socialismo e que existe uma base material para construir uma sociedade socialista. Essa base material é aquela que o próprio capitalismo vai criando, e a base material para se lutar por uma sociedade socialista é a existência de uma classe que não tem outra possibilidade na história de existir e sobreviver a não ser lutando pela transformação social. Gostaria que vocês comentassem isso de maneira mais direta, me parece que esse é o tema central do debate.

Acredito que uma das fontes de confusão que existem é que o marxismo, neste século, identificou esta base material com a classe operária, quando na

verdade a classe operária foi uma forma de existência dos trabalhadores assalariados, e hoje há mais trabalhadores assalariados, embora haja menos operários que antes. Qual é a consequência disso? É uma coisa que não foi tocada aqui e que, para mim, é um dos paradoxos da teoria marxista: a maioria das revoluções socialistas ocorridas neste século não se deu em países onde o capitalismo estava mais avançado, e a única em que a classe operária teve um papel como força dirigente – ainda que não majoritariamente do ponto de vista numérico – foi a Revolução Russa, porque nas demais revoluções socialistas a maioria dos revolucionários, e mesmo a base social dos partidos revolucionários, era composta de camponeses.

Nesse ponto, surge a questão de que a grande transformação social deste século não é a transformação da classe operária, o desaparecimento desta classe, mas o desaparecimento ou a redução a uma escala nunca vista do campesinato. João Pedro Stedile tocou nisso, no que diz respeito ao Brasil, e se um dos principais dirigentes do MST diz aqui – se eu entendi corretamente – que o setor social que ele representa está em franca decadência, e se é verdade que a base do radicalismo revolucionário tem a ver

com a existência do campesinato, qual é o impacto do desaparecimento ou da redução do campesinato sobre o potencial revolucionário?

Não foi o socialismo que inventou as revoluções, foi a burguesia. Porque revoluções existem, elas acontecem, não são produto da nossa vontade individual; mesmo que todos aqui não quisessem elas existiriam. Então, a questão é saber se elas entram no nosso esquema político ou não. Acho muito difícil, se quisermos transformar o capitalismo em alguma outra coisa, que não esteja no nosso esquema a revolução social e política.

José Graziano da Silva

Queria perguntar ao João Pedro Stedile se, quando ele fala de acerto de contas com os anos 60, ele também inclui a aliança operário–camponesa.

Tenho visto algumas tentativas de juntar os sem-terra com os sem-teto. Gostaria de saber se essa é uma tentativa de estabelecer uma aliança entre operários e camponeses, ou se, no fundo, estamos constituindo uma grande aliança daquilo que eu chamo de “sem sem”, quer dizer, sem terra, sem emprego, sem saúde, sem pertencer ao MST, sem sindicato, dessa indiferenciação total que faz dos

pobres miseráveis e maltrapilhos... Não estamos falando do lumpen, porque, pelo que vejo, o lumpen é uma categoria privilegiada, que tem uma proteção social, dinheiro etc. Estamos falando do “sem sem” mesmo, que não consegue nem ser flanelinha.

Se for isso que estamos constituindo como base da nova sociedade, todos os nossos valores, não só o socialismo como a luta pelos direitos, estão condenados, estão ameaçados fortemente como projeto alternativo viável.

Darci Passos

Pensei que deveria começar falando em desatenções minhas, mas acho que fui bem atento. Não ouvi, na fala do professor Francisco de Oliveira, menção ao problema da diferenciação entre o econômico e o político. A classe operária tem condições objetivas que criam a condição proletária; é o trabalho político que faz com que a condição proletária vire consciência operária. Portanto, a passagem do econômico para o político não é automática. Mas há condições objetivas que diferenciam os assalariados dos que trabalham, e falta o trabalho político. É preciso que um partido político assuma que é preciso fazer esse trabalho, não bas-

ta o papel reivindicatório. Sem trabalho político não se cria a consciência de transformação. Por que a classe média é chamada de uma classe alienada? Porque ela vive em condições muito próximas à condição proletária e tem a ilusão – que a ideologia dominante alimenta – de que pode se tornar classe dominante. Senti falta, nas palavras do Francisco de Oliveira, dessa passagem do econômico para o político.

Agora, na fala do Genoino – que foi o primeiro voto que eu dei para o PT, quando eu ainda era candidato de um outro partido – o que vi foram sofismas num outro sentido. Ele não faz a passagem do político para o econômico. Acho lindo e assino embaixo que devemos am-

pliar os direitos sociais para toda a população brasileira, mas quais são os direitos sociais? Salário mínimo, salário-família, salário-habitação saem do bolso de quem? Então, o Genoino sofisma porque diz não à democracia radical e defende os direitos, sobretudo direitos sociais, mais respeito aos direitos, o direito à terra, mas a terra vem de quem? Dos que têm. Se forem tiradas de alguém, o que o Genoino falou, a meu ver, é um sofisma. E, para mim, será tirada de alguém. A luta é socialista, temos que suar a camisa porque o trabalho é político. A reivindicação econômica não constrói o socialismo, o socialismo é construído com suor sempre, com lágrimas em geral e com sangue muitas vezes.

Comentários finais

Classes sociais e socialismo

Francisco de Oliveira

Evidentemente, acho que o objetivo deste seminário, que é perturbar o PT, já está plenamente alcançado. Então, ninguém vai ter a pretensão de responder taxativamente às questões levantadas. Vou me referir rapidamente a algumas delas.

Primeiro, os comentários do João Pedro Stedile. Acho que ele tocou num ponto importante, a tentativa de nomear as classes sociais. Só que isso é apenas uma taxonomia, não tem poder explicativo maior: nomearíamos assim também as classes sociais no Brasil de antes da industrialização. A cobrança

é correta, porque classe também é uma relação, e falta, portanto, discutir o lado do capital, coisa que demanda tempo, não se pode tentar assim... Mais precisamente, o que você colocou na última parte do ponto de vista da revolução nacional pede, requer, a clarificação do movimento da outra classe, da burguesia e inclusive de sua fração nacional.

Vamos à questão da revolução democrática, apresentada pelo Genoino, e da dependência. Se a revolução é um processo eminentemente dependente das forças dominadas, chamá-la de “revo-



lução nacional” é um eufemismo para uma falta de centralidade, pois supõe que é o conjunto da sociedade que é revolucionário, o que está longe de ser o caso brasileiro, nessa quadra. Nenhuma classe é intrinsecamente revolucionária; ela se faz revolucionária. Numa revolução democrática, qual é a relação entre os dominados e a burguesia, hoje, concretamente, no Brasil? Sabemos em que deu depositar as esperanças num desempenho revolucionário da burguesia nacional. Essa era a aposta do PCB. Você facilitou sua crítica ao erigir um boneco de palha para bater, isto é, ao afirmar que na minha fala há uma relação de causalidade entre a classe e o socialismo. O que eu anotei, e isso é anotado não apenas no campo marxista, isso é anotado por um autor como Weber, que sabia muito de Marx porque o leu bastante, foram afinidades.

Não é possível negar que o tema classe surge exatamente quando surge o tema do socialismo. Negar essa afinidade seria ir contra as evidências históricas. Quis chamar a atenção sobre afinidades, que são operadas por sujeitos em relação; aparecem primeiro como virtualidade, mas são as classes que fazem o socialismo. Eu perguntaria: e os Estados Unidos? E como você

responde? Há oportunidade, há escolha do carro último modelo, do hambúrguer e deu em quê? Portanto, a relação entre socialismo e classe não é uma relação causal como você coloca. Eu não estabeleci nenhuma causalidade, apenas afinidades.

Não podemos entrar neste relativismo de que qualquer coisa pode dar em qualquer coisa, isso não é verdade: o tema classe surge com a industrialização e ponto. O socialismo surge e se transporta para um programa político exatamente quando a classe fornece a base material para ele operar.

Não há relação reciprocamente causadora. Desculpe-me Genoino, mas historicamente você não vê movimento socialista no século XIV, assim como não vê operariado.

Agora, sobre o tema que o Paul Singer abordou. Gostaria de dizer que podemos chamar todos de assalariados no plano material, exatamente para mostrar que não é causalidade. Estudante produz uma classe social? Não, porque lhe falta o projeto político, a dimensão política, não adianta só a vontade, e lhe falta a materialidade da ação que desestabiliza o sistema. O político, para mim, está aí. Não faço a passagem do econômico para o político porque não

vejo essa dicotomia, acho que há condições virtuais e elas são operadas por aqueles que se entendem como sujeitos da história. É fácil fazer a crítica depois que os experimentos socialistas fracassaram. Temos de ter cuidado, não porque tenham sido uma maravilha, mas porque, de seu lado, também criaram as condições virtuais de mudanças importantes na sociedade. Temos um velho vício – você entrou nessa e o Stedile também está entrando – de considerar que revolução é como tourada na Espanha, dos dois, um sai morto, ou o toureiro ou o touro. Revolução é muito mais que isso. É preciso dizer que todas as transformações que levaram ao Estado do Bem-Estar simplesmente não são compreensíveis sem a ação da classe operária.

Foi esta ação que levou a profundas transformações; é isso que é classe, virtualidade e capacidade política, no meu modo de ver.

A visão de que o operariado é ontologicamente reformista, é a mesma coisa, só que com sinal trocado, ou seja, antes ele era ontologicamente revolucionário e agora é reformista. É uma forma simplista que, do meu ponto de vista, não busca as determinações.

Valter Pomar tem razão, o trabalho abstrato é cada vez mais dominante. De qualquer maneira a política é mais do que isso, é exatamente a representação, e é nesse ponto que incide a questão da classe. Há um passo além, que é o sujeito atuando na base de um projeto que não foi feito por um intelectual, mas que trata-se de virtualidade da história que é criada de maneiras diferenciadas. É por isso que insisto: é preciso uma base material, valores somente não bastam. São importantes, mas eles só não bastam. Se não houver base material capaz de operar, ficamos com valores, mas é preciso juntar as duas coisas para se tornar eficaz. Obrigado.

Trabalhadores da cidade e do campo

João Pedro Stedile

Algumas questões foram colocadas diretamente a mim, e gostaria de aproveitar este tempo para dar minha opinião, sem a pretensão, evidentemente, de responder de forma suficiente.

O professor José Graziano da Silva tem razão, acho que esqueci de dizer que já fizemos um acerto com a “aliança operário-camponesa”, da forma como ela era propagandeada na década de 1960, o que, na prática, significa que o campo entraria com as pessoas e a cidade com o partido e com a direção. Essa visão simplória foi superada, mas isso não significa que esta grande aliança dos trabalhadores que vivem na cidade e dos que vivem no meio rural tenha sido superada; ao contrário, acredito que ela está presente mais do que nunca.

De fato, concordo que temos que estudar mais as transformações na classe trabalhadora para perceber quais são os setores interessados em mudanças e alianças, mas acho que temos que ter

mais cuidado no trato com os excluídos de forma genérica, porque muita gente os confunde com o processo de lumpenização.

Com estes setores sociais que estão lumpenizados, dificilmente vamos conseguir transformar algo socialmente; ao contrário, cada vez mais eles tornam-se massa de manobra da classe dominante e da direita.

Há um outro tema que não apareceu no debate, mas considero que devemos entendê-lo mais: a ascensão social, no âmbito da sociedade brasileira. No modelo de industrialização que vigorou de 1930 a 1980, diversos setores da classe trabalhadora alimentavam esperanças de ascensão social, e ela efetivamente ocorria. Concretamente, para os camponeses que vinham para a cidade e tornavam-se operários, isso era considerado uma ascensão social, pois passavam a viver melhor. No operariado existia também uma espécie de escala social que permitia ao operário melhorar suas condições de vida,

além de um processo de ascensão social por meio do sistema educacional.

Parece-me que neste novo modelo do neoliberalismo esses mecanismos de ascensão social, que iludiam grandes parcelas da população, estão descartados. E isso é um ponto positivo para nós, pois ao menos nos traz uma base social mais ampla, que pode estar interessada em transformações.

Outro elemento com o qual a esquerda, de certa forma, acertou contas historicamente, foi a confusão entre insurreição, ou a tomada do palácio, e revolução. Pelo que tenho visto nos debates, este balanço crítico já foi feito, as pessoas não confundem processos de revolução com aquele simplismo de tomar o palácio, com a idéia de insurreição. Neste aspecto, nós do MST temos tomado como referência teórica os conceitos que Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes desenvolveram. Encontramos aí as explicações satisfatórias para entender o que é realmente o processo revolucionário no caso brasileiro, e que ele implica um longo processo histórico de transformação das estruturas econômicas e sociais da sociedade e da propriedade dos meios de produção.

Um dos companheiros levantou o tema da vanguarda. Na nossa forma de enten-

der, esse não é o tema principal; achamos que está tão difícil construir uma força social unitária rumo à luta pelo socialismo que há outros desafios que precisam ser explicados e melhor entendidos, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista organizativo, e que remetem a outras questões mais importantes do que simplesmente cair no reducionismo de quem é que vai ser a vanguarda. Neste ponto, acho que já foi feito um balanço também.

Acredito que o processo brasileiro vai nessa direção, que a vanguarda vai ser construída de uma forma ampla, por vários mecanismos políticos, ao longo do processo de luta. Qual é, então, o debate que entendemos ser prioritário para relacionar classe social e socialismo? Esse é um desafio para os nossos intelectuais orgânicos. Temos de compreender não unicamente qual vai ser a classe social revolucionária e nos apegarmos a ela – como se fosse possível definir isso *a priori* –, mas entender, a partir daquelas contradições sociais que existem na nossa sociedade – a dependência externa, a contradição capital-trabalho, os direitos democráticos coletivos e individuais – e da contradição do monopólio dos meios de comunicação de massa, quais são as forças

sociais que têm interesse em superar essas contradições. Quais delas poderão superar as demandas corporativas e estarão dispostas a se organizar em torno de um projeto político para a sociedade. Aqueles setores sociais que tiverem vontade política e capacidade organizativa para debater e se organizar em torno deste projeto político certamente se transformarão em revolucio-

nários, e participarão das transformações sociais.

Desta forma, não é necessário prever quais vão ser as forças revolucionárias. Ao longo da luta, as forças que lutarem por transformações radicais é que de fato se transformarão em revolucionárias, na medida em que tiverem a capacidade de superar as contradições fundamentais que há na sociedade.

Classes sociais e partido

José Genoio

Gostaria de situar bem qual foi a divergência entre mim e o professor Francisco de Oliveira em relação à opinião, que eu respeito, sobre a razão fundadora. A base material tem de ser levada em conta, não nego que ela seja o ponto de partida para construir as soluções e os partidos.

O meu ponto de divergência é colocar como razão fundadora uma classe; ela não tem uma verdade intrínseca que temos que descobrir, da qual devemos nos apossar... Estou numa polêmica sobre o socialismo e, estando em um de-

bate sobre socialismo, tenho que levantar as várias questões que estão colocadas... Ou os companheiros e companheiras não sabem que existe uma grande polêmica na esquerda que envolve a questão de classe em relação ao partido?

Não disse que o professor Francisco de Oliveira defende uma classe operária portadora de uma verdade universal; eu critiquei a razão fundadora, e há, no seu pensamento, três possibilidades de até reelaborar a teoria socialista. Gostaria, assim, de fazer uma crítica a

uma concepção que está presente na história da esquerda.

Outra questão levantada foi sobre direitos. Quando falo em direitos considero que, ao longo de sua evolução, a história da sociedade humana instituiu direitos. Quando direitos são constituídos, há quebra de privilégios, de propriedades e de direitos absolutos. Isso é um processo de reformas, de rupturas, de conquistas e recuos. Portanto, quando falo de sociedade de direitos não é no sentido de sociedade de reivindicações que se domestica dentro de uma ordem capitalista. Nesse ponto, os Estados Unidos não são paradigma de um modelo de sociedade humana, até porque a sociedade humana não se encerra num modelo de país ou num modelo econômico, uma vez que ela vai criando novas carências, vai construindo, nessa concepção de direitos intermináveis para os seres humanos, as melhores possibilidades.

Gostaria de deixar claro que o capitalismo não é referência para mim. Porém, não imagino legislar em nome de um modelo de sociedade futura que considero socialista.

A militância política é um processo de rupturas, reformas, consensos, descensos, momentos de recuo e momentos de

avanço. Não dá para entender a revolução nem como sendo uma única forma de luta e nem um único momento, nem apenas como um desabrochar de relações econômicas ou economicistas.

Para mim, a revolução comporta várias formas de luta, vários instrumentos de ruptura. O que estou questionando, em relação aos caminhos para a luta rumo ao socialismo, é a existência de um modelo de revolução que, primeiro, seja inevitável – e que tenhamos que nos preparar para essa inevitabilidade. Segundo, temos de trabalhar neste processo com várias possibilidades e vários cenários, temos de combinar um pé na luta social e um pé na luta eleitoral. Não é participar de eleição e achar que vamos chegar ao poder e nem achar que é fazendo movimentos sociais que vamos ganhar o poder, porque nós nos embrenhamos no movimento social e, quando chega na hora, eles votam no Maluf, no FHC. Porque não existe essa consciência como um produto, um milagre natural. Temos de construir um processo de luta, entre eleições e voto.

Não adianta chegar ao governo e não chegar ao poder, porque estamos com a idéia de que chegar lá é um ato de conquista, de assalto ao poder. Estou colo-

cando a possibilidade de se iniciar, com a força de um governo, instituições, força social, cultural e ideológica, um processo de construção de hegemonia na sociedade.

Sobre o que diz meu amigo Darci Passos – com quem convivi na Câmara dos deputados, eu na primeira bancada do PT e ele no PMDB –, gostaria de afirmar que não estou sofismando no que diz respeito à relação entre o econômico e o político. Para mim, o econômico deve ser levado em conta como base, e o político tem autonomia. Acho até que o grande problema da esquerda foi não ter compreendido o desenvolvimento das superestruturas, das formas de Estado, das formas de poder. E a idéia de tratar a questão do poder político com nível de autonomia em relação à base material, isso, no meu modo de entender, é uma crítica feita por vertentes do próprio marxismo.

Quero ainda dizer que, quando falamos em cidadania, me recuso a dar à di-

reita o conceito de cidadania, como gênero ou como direitos sociais. Recusome a isso porque, no fundo, temos a seguinte idéia: se resolvermos o problema da base material automaticamente serão resolvidos outros problemas, e não façal (não é preciso) uma disputa nos planos da consciência, das idéias, da cultura, das dimensões humanistas, das possibilidades de transformação que se colocam perante os indivíduos. Isso não foi falado, mas levo para esse terreno; por isso as experiências socialistas que foram derrotadas não construíram um exercício político nesses países.

O PT não caiu no cretinismo eleitoral ou na comodidade da luta parlamentar, nem acho que o caminho para transformar o país seja simplesmente a eleição de deputados, prefeitos e governadores. Temos que combinar esses dois aspectos: uma perna na luta política e outra na luta eleitoral.

É só isso que eu queria deixar claro, sincera e francamente. Obrigado.

Sobre os autores

FRANSCICO DE OLIVEIRA nasceu em Recife, Pernambuco, em 7 de novembro de 1933. Formou-se em ciências sociais na Faculdade Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco.

Foi superintendente-substituto da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), na gestão de Celso Furtado, até o golpe militar de 1964. Perseguido pelo novo regime, foi em 1965 para a Guatemala, a serviço das Nações Unidas, e em 1966 para o México, para trabalhar no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos. De volta ao Brasil, atuou no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) de 1970 a 1995, sendo seu presidente no período 1993-95.

Foi professor de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e professor titular de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) até 1998, quando se aposentou. É diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP e fundador do Partido dos Trabalhadores.

Entre suas principais obras destacam-se: *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (Vozes), *Elegia para uma re(li)gião* (Paz e Terra), *O elo perdido: classe e identidade de classe em Salvador* (Brasiliense), *Os direitos do antivalor* (Vozes), *Os cavaleiros do antiapocalipse*, em colaboração com Álvaro Comin (Entrelinhas/Cebrap), *Os sentidos da democracia*, em colaboração com Maria Célia Paoli (Vozes).

JOÃO PEDRO STEDILE nasceu em 25 de dezembro de 1953 em Lagoa Vermelha (RS). Filho de pequenos agricultores de origem trentina italiana, casado, pai de quatro filhos, reside atualmente na cidade de São Paulo.

É formado em economia pela PUC-RS, com pós-graduação na UNAM (México). Atuou como membro da Comissão de Produtores de Uva dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. Assessorou a Comissão Pastoral da Terra no Rio Grande do Sul e trabalhou na Secretaria da Agricultura desse estado. Participa desde 1979 das atividades da luta pela reforma agrária, sendo um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e membro de sua direção nacional.

É autor dos livros *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, em colaboração com Bernardo Mançano Fernandes (Editora Fundação Perseu Abramo), *Assentamentos: Uma resposta econômica da reforma agrária* e *Luta pela terra no Brasil*, ambos em co-autoria com Frei Sérgio Görgen; *A questão agrária hoje*; *Questão agrária no Brasil* e *A reforma agrária e a luta do MST* (organizador).

JOSÉ GENOINO é cearense de Quixeramobim, nascido em 3 de maio de 1946. É deputado federal pelo Partido dos trabalhadores desde 1983, exercendo atualmente seu quinto mandato.

Foi líder estudantil no final dos anos 60 e integrou a diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo se engajado ativamente na resistência à ditadura militar. Participou da Guerrilha do Araguaia, foi preso em 1972 e libertado em 1977.

Em 1979, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e, em 1982, foi eleito para seu primeiro mandato. Teve atuação destacada na Campanha das Diretas Já, no processo de *impeachment* de Fernando Collor e na CPI do Orçamento. É um dos mais atuantes e respeitados parlamentares brasileiros.

**Programa dos seminários
Socialismo e Democracia
realizados no primeiro semestre de 2000**

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

10 de abril – Socialismo no ano 2000 – uma visão panorâmica

Expositora: Marilena Chauí

Debatedores: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Garcia

24 de abril – Economia socialista

Expositor: Paul Singer

Debatedor: João Machado

8 de maio – O indivíduo no socialismo

Expositor: Leandro Konder

Debatedores: Frei Betto e Lula

22 de maio – Instituições políticas no socialismo

Expositor: Tarso Genro

Debatedores: Edmilson Rodrigues e José Dirceu

5 de junho – Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo

Expositor: Francisco de Oliveira

Debatedores: João Pedro Stedile e José Genoíno

19 de junho – Globalização e socialismo

Expositora: Maria da Conceição Tavares

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224

04417-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5571-0910

Correio Eletrônico: editoravendas@fpabramo.org.br

Na internet: <http://www.fpabramo.org.br>

Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo foi impresso na cidade de São Paulo em junho de 2002 pela Cromosete Gráfica e Editora Ltda. para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 2.000 exemplares. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 11/13,3/90%. Os fotolitos da capa e das entradas de capítulo foram executados pela Graphbox e os *laserfilms* fornecidos pela Editora. A capa foi impressa em papel Cartão Supremo 250g; o miolo foi impresso em Offset 75g.